



O documento foi entregue para CVM e BM&FBOVESPA

Empresa

Código CVM: 00811-7
Nome: LOJAS HERING SA

Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP

Protocolo de Recebimento: 008117DFP311220140200045757-73
Protocolo Relacionado: 008117FCA000020150100045518-79
Tipo de Arquivo: Demonstrações Financeiras Padronizadas
Versão: 2
Data de Referência: 31/12/2014
Data de Entrega: 01/04/2015 14:32

DFP capeado pelos dados cadastrais do formulário cadastral V1 recebido em 30/03/2015.

****Atenção: A atualização desse protocolo no sistema EmpresasNet é automática. Caso essa atualização não ocorra automaticamente, o protocolo de recebimento deste documento deve ser atualizado no sistema através da função "Manutenção do Protocolo"!**

Imprimir

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	10
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	11
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	12

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração	14
----------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	36
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	38
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	39

Motivos de Reapresentação	40
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	46
Preferenciais	85
Total	131
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2015	Dividendo	28/06/2015	Preferencial		0,25790
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2015	Dividendo	28/06/2015	Ordinária		0,25790

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	51.488	50.878	30.530
1.01	Ativo Circulante	1.521	1.479	1.368
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	957	872	871
1.01.03	Contas a Receber	437	507	393
1.01.03.01	Clientes	437	507	393
1.01.04	Estoques	116	91	89
1.01.06	Tributos a Recuperar	1	0	1
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1	0	1
1.01.07	Despesas Antecipadas	9	8	8
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1	1	6
1.01.08.03	Outros	1	1	6
1.02	Ativo Não Circulante	49.967	49.399	29.162
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	306	33	32
1.02.01.06	Tributos Diferidos	275	0	0
1.02.01.06.02	IR/CS a recuperar s/prejuízos fiscais	275	0	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	31	33	32
1.02.02	Investimentos	49.260	49.025	28.763
1.02.02.01	Participações Societárias	27	25	22
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	26	24	21
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1	1	1
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	49.233	49.000	28.741
1.02.03	Imobilizado	368	308	334
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	368	308	334
1.02.04	Intangível	33	33	33
1.02.04.01	Intangíveis	33	33	33

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	51.488	50.878	30.530
2.01	Passivo Circulante	313	225	357
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	28	31	30
2.01.01.01	Obrigações Sociais	12	19	19
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	16	12	11
2.01.02	Fornecedores	55	38	44
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	55	38	44
2.01.03	Obrigações Fiscais	155	126	147
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	131	106	130
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	36	18	22
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Recolher	43	43	35
2.01.03.01.03	Imposto de Renda Retido na Fonte a Recolher	1	1	1
2.01.03.01.04	Outros	51	44	72
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	23	20	17
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1	0	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	0	4
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	4
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	4
2.01.05	Outras Obrigações	49	5	110
2.01.05.02	Outros	49	5	110
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	34	0	0
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	15	5	4
2.01.05.02.05	Parcelamento de Títulos	0	0	106
2.01.06	Provisões	26	25	22
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	26	25	22
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	26	25	22
2.02	Passivo Não Circulante	33.218	33.170	26.299
2.02.02	Outras Obrigações	17.407	17.389	17.363
2.02.02.02	Outros	17.407	17.389	17.363

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.02.02.02.03	Obrigações Tributárias Refis	17.387	17.036	16.857
2.02.02.02.04	Outras Obrigações	0	347	480
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	20	6	26
2.02.03	Tributos Diferidos	15.811	15.781	8.936
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.811	15.781	8.936
2.03	Patrimônio Líquido	17.957	17.483	3.874
2.03.01	Capital Social Realizado	17.359	17.359	17.359
2.03.02	Reservas de Capital	451	451	451
2.03.04	Reservas de Lucros	89	0	0
2.03.04.01	Reserva Legal	7	0	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	82	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-327	-13.936
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	58	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.814	2.667	2.486
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.218	-978	-827
3.03	Resultado Bruto	1.596	1.689	1.659
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-963	19.166	999
3.04.01	Despesas com Vendas	-305	-298	-252
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-776	-673	-624
3.04.02.01	Despesas Gerais/Administrativas	-642	-530	-484
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-45	-61	-61
3.04.02.03	Remuneração dos Administradores	-89	-82	-79
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	172	20.175	1.902
3.04.04.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial de Propriedades de Investimento	88	20.132	1.901
3.04.04.02	Outras Receitas	84	43	1
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-54	-38	-27
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	633	20.855	2.658
3.06	Resultado Financeiro	-308	-350	-346
3.06.01	Receitas Financeiras	110	100	94
3.06.02	Despesas Financeiras	-418	-450	-440
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	325	20.505	2.312
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	196	-6.896	-705
3.08.01	Corrente	-49	-51	-59
3.08.02	Diferido	245	-6.845	-646
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	521	13.609	1.607
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	521	13.609	1.607
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,98000	103,89000	12,27000
3.99.01.02	PN	3,98000	103,89000	12,27000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,98000	103,89000	12,27000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.99.02.02	PN	3,98000	103,89000	12,27000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	521	13.609	1.607
4.03	Resultado Abrangente do Período	521	13.609	1.607

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	337	170	352
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	693	851	847
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo do exercício	521	13.609	1.607
6.01.01.03	Mudança no valor justo de propriedades de investimento	-88	-20.132	-1.901
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre propriedades de investimento	30	6.845	646
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social correntes provisionados	49	51	59
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social s/prejuízos fiscais	-275	0	0
6.01.01.07	Despesas com provisão de juros sobre empréstimos	0	0	1
6.01.01.08	Despesas com provisão de juros sobre parcelamento de impostos	411	417	374
6.01.01.09	Depreciação e Amortização	45	61	61
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-326	-616	-394
6.01.02.01	Aumento (Diminuição) nos ativos	45	-110	-8
6.01.02.02	Aumento (Diminuição) nos passivos	-371	-506	-386
6.01.03	Outros	-30	-65	-101
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-252	-165	-34
6.02.01	Baixa no ativo permanente	46	8	0
6.02.02	Adições ao ativo permanente	-151	-43	-24
6.02.04	Baixa aos Investimentos	17	0	0
6.02.05	Adições aos Investimentos	-164	-130	-10
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-4	-17
6.03.02	Pagamento de empréstimos	0	-4	-21
6.03.03	Captação de empréstimos	0	0	4
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	85	1	301
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	872	871	570
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	957	872	871

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	17.359	451	0	-327	0	17.483
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	17.359	451	0	-327	0	17.483
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-47	0	-47
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-34	0	-34
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-13	0	-13
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	521	0	521
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	521	0	521
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	89	-147	58	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	89	-89	0	0
5.06.04	Revisão Valor Justo Terrenos	0	0	0	-120	120	0
5.06.05	Revisão Valor Justo Edificações	0	0	0	62	-62	0
5.07	Saldos Finais	17.359	451	89	0	58	17.957

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	17.359	451	0	-13.936	0	3.874
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	17.359	451	0	-13.936	0	3.874
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.609	0	13.609
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.609	0	13.609
5.07	Saldos Finais	17.359	451	0	-327	0	17.483

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	17.359	451	0	-15.543	0	2.267
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	17.359	451	0	-15.543	0	2.267
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.607	0	1.607
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.607	0	1.607
5.07	Saldos Finais	17.359	451	0	-13.936	0	3.874

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	3.341	23.167	4.720
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.199	3.096	2.871
7.01.02	Outras Receitas	260	20.174	1.901
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-118	-103	-52
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.459	-1.148	-970
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.217	-978	-827
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-242	-170	-143
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.882	22.019	3.750
7.04	Retenções	-45	-61	-61
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-45	-61	-61
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.837	21.958	3.689
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	110	100	94
7.06.02	Receitas Financeiras	110	100	94
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.947	22.058	3.783
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.947	22.058	3.783
7.08.01	Pessoal	315	297	273
7.08.01.01	Remuneração Direta	274	257	240
7.08.01.02	Benefícios	22	19	19
7.08.01.03	F.G.T.S.	19	21	14
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	396	7.438	1.192
7.08.02.01	Federais	186	7.251	1.029
7.08.02.02	Estaduais	149	132	112
7.08.02.03	Municipais	61	55	51
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	715	714	711
7.08.03.01	Juros	418	450	441
7.08.03.02	Aluguéis	28	26	25
7.08.03.03	Outras	269	238	245
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	521	13.609	1.607
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	521	13.609	1.607



Administração

LOJAS HERING S/A

Companhia Aberta

Iniciada originariamente, no Brasil, pelo comerciante/imigrante, Hermann Hering, em 1878, ao qual se juntou o seu irmão Bruno Hering, com sede sempre no mesmo local, cujo capital e ativos foram utilizados para a constituição, em 1893, de outra Companhia, da qual foi tornada novamente independente por deliberação unânime, em AGE, datada de 23/12/1950, arquivada na Junta Comercial em 18/01/1951, sob número 5.513, com consequente lavratura de **Escritura Pública de Compra e Venda, sob a forma onerosa** e pela qual aquela Companhia vendeu e os acionistas de Lojas Hering adquiriram, os ativos móveis, imóveis, mercadorias e especialmente o **fundo de comércio**, envolvendo a marca e a clientela da área de varejo, para uso no comércio, livremente, em todo o Brasil, nesta atividade e, ou, outra qualquer atividade, a critério de sua administração, **sem qualquer restrição, para que a nova Sociedade ...”os possua, como seus que são, de hoje para sempre”...** (grifamos), como alhures foi mencionado na própria Escritura Pública. A dita **Escritura Pública** também constituiu a sociedade Lojas Hering S/A, lavrando seus **Estatutos** constitutivos, **assinados pela diretoria, por todos os membros dos conselhos de administração e fiscal da então vendedora dos ativos como determinado pela autorização dada na AGE dessa**, e também pelos sócios e esposas dos fundadores da Lojas Hering S/A, tudo conforme registrado no Primeiro Ofício de Notas da Comarca de Blumenau, SC, fls. 54 e seguintes, no livro número 19, na data de 29/12/1950, arquivado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob número 10.545, em 04/01/1951 e publicado no Diário Oficial do Estado, na página 7, da edição número 4.334, em 05/01/1951.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO LOJAS HERING S/A – CNPJ 82.640.632/0001-84

Prezados Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, as demonstrações contábeis e o parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

No decorrer do exercício findo, a Companhia não contratou e nem recebeu, por parte de seu auditor independente Actus Auditores Independentes S/S, a prestação de outros serviços externos diversos da auditoria das demonstrações financeiras do balanço anual e dos informativos trimestrais.

A receita bruta total oriunda de nossa única loja e da locação de parte do imóvel da sede da Companhia alcançou em 2014, o montante de R\$ 3.286 mil (R\$ 3.096, em 2013) o representou um crescimento de 6,16%. Agradecemos aos nossos 9 colaboradores pelo empenho e dedicação.

O lucro líquido de 2014 foi de R\$ 521 mil (R\$ 13.609 em 2013). Deste montante, R\$ 189 mil, em 2014 (R\$ 322 mil em 2013), são provenientes da operação e R\$ 58 mil, em 2014 (R\$ 13.287 mil, em 2013), são provenientes da reavaliação dos ativos para investimento, representados pelos imóveis da sede da Companhia, que estão penhorados e constituem a garantia do Refis Federal, através do qual foram parcelados os impostos federais pendentes, tudo conforme notas explicativas das demonstrações financeiras. Também em 2014, R\$ 275 mil, são provenientes do reconhecimento de valores a compensar a título de IR e CS sobre prejuízos fiscais acumulados.

As demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, estão preparadas de acordo com



Administração

LOJAS HERING S/A



as normas internacionais de contabilidade (IFRS) e no exercício a Companhia optou pelo novo regime de tributação da Lei 12.973. Após longo período, apesar de pequeno, a Companhia volta a gerar resultado suficiente para cobrir os seus prejuízos acumulados e volta a pagar dividendos.

Blumenau, 30 de março de 2015.

Conselho de Administração:

Edda Elisa Steinbach – Presidente

Denise Steinbach Zadrozny – Vice-Presidente

Cid Steinbach – Secretário

Diretoria:

Cid Steinbach – Presidente

Ademar Klemz – Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Notas Explicativas

LOJAS HERING S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia tem por objeto, a exploração do comércio varejista de malhas, confecções, outros artigos e produtos em geral; exportação e importação de bens de capital e consumo; arrendamento e locação de bens móveis e imóveis próprios.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. *Declaração de Conformidade*

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 20 de Março de 2015 e não há eventos subseqüentes a serem divulgados.

b. *Base de mensuração*

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção das propriedades para investimento, mensuradas pelo valor justo.

c. *Moeda funcional e de apresentação*

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. *Uso de estimativas e julgamento*

i. *Principais premissas e estimativas contábeis*

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

Abaixo seguem as principais estimativas efetuadas pela Companhia em suas demonstrações financeiras:

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise do contas a receber de clientes.

Notas Explicativas

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

Impairment de ativos de vida útil longa

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não as propriedades para investimento e estoques são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto ajustada a partir da taxa líquida Selic para que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a. Reconhecimento de receitas e despesas

Receitas e despesas são reconhecidas nas demonstrações financeiras, de acordo com o período de competência em que incorrem.

As receitas de venda de mercadorias são reconhecidas quando a propriedade e os riscos inerentes ao produto são substancialmente transferidos para o cliente, quando o preço de venda é fixo e determinável, quando existe evidência de contrato de venda e quando a cobrança está razoavelmente assegurada. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

As receitas de aluguéis são reconhecidas com base na fruição dos prazos dos contratos. As despesas e os custos são reconhecidos quando incorridos.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente em sua data de origem. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Notas Explicativas

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica seus ativos financeiros não derivativos como recebíveis.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações no mercado aberto, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelas mercadorias vendidas, bem como pela locação de suas propriedades para investimentos no decurso normal das atividades da Companhia. Se o pagamento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

Na prática, as contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Quando aplicável, as contas a receber de clientes, com vencimentos futuros, são descontados a valor presente pela taxa individual aplicada nos financiamentos próprios decorrentes de vendas a prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

Notas Explicativas

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e outras obrigações:

Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Estão demonstrados pelo valor de contratação, acrescido dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até a data do balanço, diminuído dos pagamentos efetuados, o que reflete o seu valor justo.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionário.

c. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los à sua localização e condição existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de vendas.

d. Propriedades para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel, mas não para venda no curso normal dos negócios, ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Notas Explicativas

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na nota explicativa nº 9.

Anualmente, a Companhia reavalia suas propriedades para investimentos para que o valor justo das mesmas reflita as condições de mercado à data do período de reporte.

e. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: o custo de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

São depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, como segue:

	Taxa anual depreciação
Móveis, utensílios e equipamentos	10%
Benfeitorias	4%
Veículos	20%
Outros	10%

Notas Explicativas

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g. Redução do valor recuperável

i. Ativos financeiros, incluindo recebíveis:

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis. Todos os recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

ii. Ativos não financeiros:

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

h. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, descontos obtidos de fornecedores e juros recebidos de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, juros sobre atualização de parcelamento de tributos e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Notas Explicativas

i. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

j. Demonstração do valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

Notas Explicativas

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito: é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento da inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de clientes realizando diversas ações de cobrança. A Companhia possui ainda, a provisão para crédito de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 464(R\$ 346 em 2013) para fazer face ao risco de crédito.

Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	957	872
Contas a receber de clientes	437	507
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>1.394</u>	<u>1.379</u>

Risco de liquidez: é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Em 31 de dezembro de 2014, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

Risco de mercado: é o risco que ocorre com as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações.

Valor contábil	2014	2013
Instrumentos de taxa variável		
Aplicações financeiras	855	785

Risco operacional: é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da mesma e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

b. Análise de sensibilidade

A Companhia não opera com derivativos. Possui apenas aplicações de liquidez imediata com rendimento que flutua de acordo com o CDI-Certificados de Depósito Interbancário.

c. Instrumentos financeiros – valor justo

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

Para fins de divulgação, caso a Companhia tivesse adotado o critério de reconhecimento dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo, teria apurado os seguintes valores:

	2014		2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	957	957	872	872
Contas a receber de clientes	437	437	507	507
Contas a pagar a fornecedores	55	55	38	38

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Aplicações financeiras – Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

Contas a receber e fornecedores – Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

Empréstimos – São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Caixa	41	18
Banco conta movimento	61	69
Aplicações liquidez imediata	855	785
	<u>957</u>	<u>872</u>

As aplicações financeiras referem-se a fundos de renda fixa, com possibilidade de resgate imediato remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário, em Instituições Financeiras renomadas.

Notas Explicativas**6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	2014	2013
Clientes no varejo	87	67
Contas a receber centro comercial	814	798
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(464)	(346)
Recebimentos a compensar	<u>(0)</u>	<u>(12)</u>
	<u><u>437</u></u>	<u><u>507</u></u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada da seguinte forma: 100% dos aluguéis a receber em processos judiciais, e os vencidos há mais de 6 meses.

Os recebimentos a compensar, referem-se aos cheques pré-datados recebidos a título de pagamento de aluguel.

7. ESTOQUES

Em 31 de Dezembro de 2014, o montante de R\$ 116 (R\$91 em 2013) refere-se a artigos de vestuário masculino, feminino e infantil para revenda, no setor de varejo.

8. OUTROS

	2014	2013
Depósitos para recursos judiciais	13	14
Adiantamentos a terceiros	<u>18</u>	<u>19</u>
Total não circulante	<u><u>31</u></u>	<u><u>33</u></u>

9. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

	2014	2013
Imóveis para locação	49.233	49.000
Outros investimentos	<u>27</u>	<u>25</u>
	<u><u>49.260</u></u>	<u><u>49.025</u></u>

Em 31 de dezembro de 2014 a rubrica de imóveis para locação refere-se aos terrenos, edificações e instalações do Centro Comercial Shopping H, mantidos para finalidade de locação.

Em 2014 a Companhia promoveu a revisão do valor justo de seus imóveis para locação, nos termos do ICPC 10 e CPC 28, através de profissional técnico qualificado, com o objetivo de reconhecer o valor justo de suas propriedades para investimento em 31 de dezembro de 2014.

Notas Explicativas

Para a determinação do valor justo o avaliador seguiu as recomendações das Normas de Avaliação NBR 14653-1:2001 versão corrigida 2:2005, NBR 14653-2:2011, NBR 14653-4:2002 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Foi utilizado pelo avaliador em 2014 (como em 2013) a metodologia do Método Comparativo de Dados de Mercado e do Método Involutivo.

Abaixo segue resumo da movimentação ocorrida na rubrica de Imóveis para locação:

	2013	Adições	Baixas	Ajuste de Avaliação Patrimonial	2014
Edificações	284	-		-	284
Ajuste Avaliação patrimonial em edificações	35.068	-		(62)	35.006
Instalações	126	44		-	170
Instalações centro comercial	821	118	(17)	-	922
Terrenos	1.353	-		-	1.353
Ajuste de avaliação patrimonial em terrenos	11.348	-		150	11.498
	<u>49.000</u>	<u>162</u>	<u>(17)</u>	<u>88</u>	<u>49.233</u>
Outros Investimentos	<u>25</u>	<u>2</u>			<u>27</u>
Total de Investimentos	<u>49025</u>	<u>164</u>	<u>(17)</u>	<u>88</u>	<u>49.260</u>

Sobre os valores reconhecidos como ajuste de avaliação patrimonial a Companhia constituiu tributos diferidos nos termos do CPC 32 para demonstrar o valor líquido realizável na data de publicação, sendo esse em 31 de dezembro de 2014 como segue:

	2014	2013
Ajuste de avaliação patrimonial em edificações	35.006	35.068
Ajuste de avaliação patrimonial em terrenos	<u>11.498</u>	<u>11.348</u>
Base de cálculo IRPJ e CSLL diferidos	46.504	46.416
Imposto de renda e contribuição social diferidos (34%)	<u>15.811</u>	<u>15.781</u>
Ajuste de avaliação patrimonial líquido	<u><u>30.693</u></u>	<u><u>30.635</u></u>

A avaliação foi feita pelo Engenheiro Civil Milorad Boskovic, registrado no CREA-SC sob número 12.541-3. Tendo obtido em sua pesquisa novas informações relacionadas aos valores de mercado praticados, foi apurado um novo valor justo das Propriedades para Investimentos, a qual teve o seguinte efeito nas Demonstrações Contábeis:

Imóveis para Locação	Saldos anteriores à revisão	Ajuste valor justo	Novo valor justo
Edificações e Instalações	35.068	(62)	35.006
Terrenos	<u>11.348</u>	<u>150</u>	<u>11.498</u>
Totais	<u>46.416</u>	<u>88</u>	<u>46.504</u>
Tributos Diferidos	Saldos anteriores à revisão	Ajuste valor justo	Saldo Final IR/CS Diferidos
IRPJ CSLL Diferidos	<u>15.781</u>	<u>30</u>	<u>15.811</u>

Notas Explicativas

Totais	<u>15.781</u>	<u>30</u>	<u>15.811</u>
--------	---------------	-----------	---------------

A avaliação resultou num ganho líquido de R\$ 58, conforme demonstrado abaixo:

	2014	2013
Ajuste de Avaliação Patrimonial das Propriedades para Investimentos	88	20.132
IRPJ e CSLL Diferidos	<u>(30)</u>	<u>(6.845)</u>
Totais	58	13.287

10. IMOBILIZADO

	<u>2014</u>			<u>2013</u>		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis, utensílios e equipamentos	1.858	(1.729)	129	1.820	(1.707)	113
Benfeitorias	196	(195)	1	196	(194)	2
Veículos	274	(51)	223	261	(80)	181
Outros	<u>21</u>	<u>(6)</u>	<u>15</u>	<u>16</u>	<u>(4)</u>	<u>12</u>
	<u>2.349</u>	<u>(1.981)</u>	<u>368</u>	<u>2.293</u>	<u>(1.985)</u>	<u>308</u>

A movimentação do imobilizado em 2013 é a seguinte:

	2012	Adições	Depreciação	2013
Móveis, utensílios e equipamentos	125	9	(21)	113
Benfeitorias	3	-	(1)	2
Veículos	201	27	(47)	181
Outros	<u>5</u>	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>12</u>
	<u>334</u>	<u>43</u>	<u>(69)</u>	<u>308</u>

A movimentação do imobilizado em 2014 é a seguinte:

	2013	Adições	Baixas	Depreciação	2014
Móveis, utensílios e equipamentos	113	38		(22)	129
Benfeitorias	2	-		(1)	1
Veículos	181	108	(46)	(20)	223
Outros	<u>12</u>	<u>5</u>		<u>(2)</u>	<u>15</u>
	<u>308</u>	<u>151</u>	<u>(46)</u>	<u>(45)</u>	<u>368</u>

Notas Explicativas

11. PARCELAMENTO DE TÍTULOS

Em 28 de abril de 2010, a Sociedade comunicou por meio de fato relevante, que em 27 de abril de 2010, foi expedida a certidão do trânsito em julgado da sentença que julgou cumprida a concordata preventiva da Companhia. Para evitar a manifestação contrária do credor quirográfario Valuta Cobranças Ltda. EPP, a Companhia celebrou com aquela empresa, uma confissão de dívida reconhecendo a dívida no montante de R\$1.061.

Em 13 de Março de 2014, a Companhia liquidou todo o montante devido, não constando assim nenhum valor aberto no passivo circulante e no passivo não circulante (R\$ 347 em 31 de dezembro de 2013).

O principal da dívida sofria atualização mensal pela SELIC, e os juros correspondentes eram pagos mensalmente.

12. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2014 o montante de R\$ 55 (R\$ 38 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a contas a pagar a fornecedores de produtos para revenda do segmento de vestuário, materiais para reformas, e materiais de expediente.

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	2014	2013
Salários a pagar	16	12
Provisões férias com encargos	26	25
Multa FGTS sobre parcelamento	-	8
FGTS a recolher	2	2
INSS a recolher	10	9
	<u>54</u>	<u>56</u>

Notas Explicativas**14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

	2014		2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Impostos e contribuições	105	-	82	-
Parcelamentos – REFIS	50	17.387	44	17.036
	<u>155</u>	<u>17.387</u>	<u>126</u>	<u>17.036</u>

i. Impostos e contribuições

	2014	2013
ICMS a recolher	21	18
ICMS Fundo Social a recolher	1	1
ICMS Funturismo	1	1
IRRF a recolher	1	1
ISQN a recolher	1	-
Contribuição social a recolher	20	10
Imposto de renda a recolher	16	8
PIS a recolher	8	8
COFINS a recolher	35	35
CSRF	1	-
	<u>105</u>	<u>82</u>

ii. Parcelamentos – REFIS

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, no âmbito da Lei 9.964, de 10.04.2000, parcelando os débitos tributários federais até então devidos e administrados pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional - PGFN, Secretaria da Receita Federal e Instituto Nacional de Serviço Social - INSS.

Como garantia do parcelamento, promoveu o arrolamento de bens (finalizado pelo processo nº13971.000923-2010-14) sobre duas edificações e respectivo terreno, situado na Rua XV de Novembro, 759, Centro, Blumenau, SC, onde é a sede da Companhia e que está matriculado sob nº22.110, no 1º Ofício de Registro de Imóveis de Blumenau,SC. Na matrícula em que há o arrolamento, há inscritas penhoras judiciais relativas aos processos de execução dos tributos federais incluídos no referido parcelamento e, em razão do parcelamento, todas as execuções se acham suspensas.

A seguir apresenta-se o quadro detalhando a dívida consolidada em 2000 que compuseram o saldo para o referido parcelamento:

Natureza	Tributos federais			Total dívida na adesão
	PGFN	SRF	INSS	

Notas Explicativas

Principal	1.090	173	2.431	3.694
Multa	231	35	805	1.071
Juros	1.362	60	1.790	3.212
Encargos	525	-	140	665
	<u>3.208</u>	<u>268</u>	<u>5.166</u>	<u>8.642</u>

Não foram utilizados créditos fiscais para amortização de multas e juros.

Em 2014, foi pago o montante de R\$53 (R\$ 232 em 2013) referente às parcelas do REFIS federal. O valor pago no exercício de 2013 foi impactado nos meses de outubro, novembro e dezembro, pela exigência da Receita Federal do Brasil de recolhimento em consonância com o Parecer PGFN/CDA nº 1.206/2013, que foi objeto de mandado de segurança impetrado pela Companhia, a qual em 22/01/2014 teve deferida liminar e, em 26 de março de 2014, teve decisão de mérito em Primeiro Grau, concedendo a segurança, com o que a Companhia voltou a efetuar os pagamentos de acordo com a exigência da Lei nº 9.964/2000, como já o fez ao longo de 13 anos.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui contabilizado no passivo circulante a título de REFIS federal o montante de R\$50 referente a 12 parcelas vencíveis em 2014. O restante do saldo está classificado no passivo não circulante.

A atualização do referido parcelamento é efetuada mensalmente com base na Taxa de Juros de Longo Prazo "TJLP".

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os tributos diferidos ativos foram calculados com base nos lucros futuros esperados pela companhia sobre os prejuízos fiscais e base de cálculo negativa. Os tributos diferidos passivos foram calculados sobre as reservas de reavaliação e sobre o custo atribuído (Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP) sobre Propriedades Para Investimentos. Este último será exigido em caso de alienação das Propriedades para Investimentos.

	Tributos Diferidos Ativos			Tributos Diferidos Passivos			Tributos Diferidos Líquidos		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
em 31/12/2012	-	-	-	6.571	2.365	8.936	(6.571)	(2.365)	(8.936)
Constituição de Tributos	-	-	-	5.033	1.812	6.845	(5.033)	(1.812)	(6.845)
em 31/12/2013	-	-	-	11.604	4.177	15.781	(11.604)	(4.177)	(15.781)
Constituição de Tributos	202	73	275	22	8	30	180	65	245
em 31/12/2014	202	73	275	11.626	4.185	15.811	(11.424)	(4.112)	(15.536)

Notas Explicativas

a. Opção ao novo regime de tributação - Lei 12.973

Em 13 de maio de 2014 foi promulgada a Lei 12.973, resultado da conversão da Medida Provisória nº 627, que introduziu modificações nas regras tributárias e eliminou o Regime de Transição Tributária – RTT. A definição pelo novo regime poderá ser a opção do contribuinte, facultativamente exercida no exercício de 2014, ou obrigatoriamente no exercício social de 2015. A Companhia optou pela adoção antecipada do novo regime de tributação no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

16. PARTES RELACIONADAS

Abaixo segue movimentação ocorrida no resultado:

	Custo / despesa	
	2014	2013
Compark	147	79
Condomínio Shopping H	361	331
	<u>508</u>	<u>410</u>

a. Custos Condomínio Shopping H

Os custos com o Condomínio Shopping H referem-se ao pagamento dos encargos comuns (condomínio) e despesas próprias das áreas desocupadas e das áreas ocupadas pelo varejo da própria Companhia.

b. Despesas Compark

As despesas com a Compark referem-se ao pagamento do estacionamento de fornecedores, dos clientes do varejo da própria Companhia, caminhões de entregas e dos ônibus de turismo e prestadores de serviço de todas as áreas do centro comercial Shopping H, próprias e locadas, conforme acerto com os locatários, bem como a prestação de serviços de reparos (manutenção), melhorias, pinturas e conservação em geral das áreas próprias e locadas.

c. Remuneração dos Administradores

O valor da remuneração dos administradores aprovado na Assembléia Geral Ordinária, para o exercício de 2014, foi de no máximo R\$ 22 mensais, sendo um total anual de R\$264.

No ano de 2014, o total pago a título de remuneração dos três membros do conselho de administração (um dos quais também é diretor estatutário e apenas como tal recebe) e aos dois diretores estatutários, foi de R\$143 (R\$120 em 2013). Os montantes pagos compreendem pró-labore 55% do total = R\$89) e benefício de seguro saúde (45% do total = R\$54).

Aos dois membros do conselho de administração, foi pago o montante de R\$ 22(R\$19 em 2013). A remuneração individual foi de R\$ 11.

Aos dois membros da diretoria estatutária, foi pago o montante de R\$ 120 (R\$ 100 em 2013). A maior remuneração individual foi de R\$ 53 (R\$ 50 em 2013), a mínima individual foi de R\$ 14 (R\$ 13 em 2013) e a média de R\$ 60 (R\$ 50 em 2013).

Não foi ou é feito pagamento de qualquer outro valor, benefício ou prêmio e não houve remuneração por outros serviços realizados pelos administradores. Igualmente não existe plano de remuneração em ações, benefícios pós-emprego ou por cessação do exercício do cargo.

Notas Explicativas

O conselho fiscal é de funcionamento não permanente, e não está instalado.

17. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2014 o capital social subscrito é de R\$ 17.359 (idem em 31 de dezembro de 2013), totalmente integralizado, representado por 46.272 ações ordinárias e 84.783 ações preferenciais (idem em 31 de dezembro de 2013).

18. RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia estão apresentadas abaixo:

	2014	2013
Vendas no varejo	846	756
Locações	<u>2.440</u>	<u>2.340</u>
Receita bruta	3.286	3.096
Impostos sobre vendas e outras deduções	<u>(472)</u>	<u>(429)</u>
Total receita líquida	<u><u>2.814</u></u>	<u><u>2.667</u></u>

19. DESPESAS POR NATUREZA

	2014	2013
Despesas comerciais		
Salários e encargos	278	266
Material de consumo	10	11
Propaganda e publicidade	-	3
Despesas com cobrança	14	12
Outras despesas	<u>3</u>	<u>6</u>
Total de despesas comerciais	<u><u>305</u></u>	<u><u>298</u></u>
Despesas administrativas		
Aluguéis	28	26
Anúncios e publicações	19	22
Conservação e manutenção	34	26
Depreciações	45	61
Despesas de Cartório	17	15
Impostos e taxas municipais	61	55
Alimentação	13	15
Serviços de terceiros	186	106
Taxas CVM	40	40
Viagens	17	4
Outras despesas gerais e administrativas	<u>227</u>	<u>221</u>
Total de despesas administrativas	<u><u>687</u></u>	<u><u>591</u></u>

Notas Explicativas**Despesas com benefícios a empregados**

	2014	2013
Remunerações	225	187
Custos previdenciários	52	51
FGTS	19	20
Outros benefícios	9	8
	<u>305</u>	<u>266</u>
Número de empregados	9	9

20. RESULTADO FINANCEIRO

	2014	2013
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	76	72
Descontos obtidos	2	-
Juros recebidos	32	28
Total de receitas financeiras	<u>110</u>	<u>100</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre tributos	(411)	(417)
Juros e atualização sobre outras contas a pagar	(5)	(31)
Outras despesas financeiras	(2)	(2)
Total de despesas financeiras	<u>(418)</u>	<u>(450)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(308)</u>	<u>(350)</u>

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

O imposto de renda no Brasil inclui imposto de renda federal e contribuição social sobre o lucro líquido.

As alíquotas aplicáveis para o imposto de renda e contribuição social são 15% e 9%, respectivamente, o que representa uma taxa de 24% para os exercícios de 2014 e 2013, com a anterior redução dos resultados em 30% mediante o aproveitamento dos prejuízos acumulados até o saldo remanescente.

Os valores reportados como despesa de imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado são conciliados com as alíquotas estatutárias, como segue:

	2014	2013
Lucro do exercício antes dos impostos	<u>325</u>	<u>20.505</u>
Total de adições	55	206
Total de exclusões	<u>(88)</u>	<u>(20.410)</u>
Base antes da compensação com prejuízos fiscais	292	301
Compensação 30% prejuízos fiscais	<u>87</u>	<u>90</u>
Base de cálculo do imposto de renda	205	211
Alíquota	<u>15%</u>	<u>15%</u>
Imposto de renda corrente	<u>31</u>	<u>32</u>
Base antes da compensação com prejuízos fiscais	<u>292</u>	<u>301</u>

Notas Explicativas

Compensação 30% prejuízos fiscais	87	90
Base de cálculo da contribuição social	205	211
Alíquota	9%	9%
Contribuição social corrente	18	19
Total IRPJ e CSLL sobre o lucro do exercício	49	51

22. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2014, Companhia possui seguros conforme demonstrado abaixo:

Seguradora	Riscos cobertos	Vigência apólice	máximo indenizável
Generali Cia de Seguros	Compreensivo empresarial	20.08.2014 à 20.08.2015	22.200
Generali Cia de Seguros	Compreensivo empresarial	23.08.2014 à 23.08.2015	4.430
Chubb Seguros	Automóvel	25.10.2014 à 25.10.2015	1.070
Generali Cia de Seguros	Automóvel	09.02.2014 à 09.02.2015	800
Chubb Seguros	Automóvel	23.12.2014 à 23.12.2015	1.146
			<u>29.646</u>

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

23. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes e com as demonstrações relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Blumenau, 20 de março de 2015.

Notas Explicativas

Lojas Hering S/A.
Cid Steinbach
Diretor Presidente
CPF: 642.173.619-04

Dúnamis Contabilidade Ltda EPP.
Claudinei da Silva - Contador CRC 21.429/O-0
CPF: 986.545.019-53

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Srs. Administradores, Conselheiros e Acionistas da:

LOJAS HERING S.A.

Blumenau – SC

1. Examinamos as demonstrações financeiras da Lojas Hering S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

2. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lojas Hering S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board IASB.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

4. Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

5. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados, de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 31 de março de 2014, que não conteve nenhuma modificação.

Blumenau, 30 de março de 2015.

ACTUS AUDITORES INDEPENDENTES S/S.

CRC-SC N° 001.059/O-7

Samir da Silveira - Sócio Responsável

Contador CRC N° SC - 024.199/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores de LOJAS HERING S/A, CNPJ nº 82.640.632/0001-84, nos termos da Instrução CVM nº. 480/09, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Blumenau, 31 de março de 2015.

Diretoria:

Cid Steinbach - Presidente

Ademar Klemz – Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os Diretores de LOJAS HERING S/A, CNPJ nº 82.640.632/0001-84, nos termos da Instrução CVM nº. 480/09, declaram que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes, Actus Auditores Independentes S/S, emitido em 30 de março de 2015 relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Blumenau, 31 de março de 2015.

Diretoria:

Cid Steinbach - Presidente

Ademar Klemz – Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Alteração na DVA